

PROVA OBJETIVA
(CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS)

1. A Lei nº 11.788/2008 – Lei do Estágio de Estudantes prevê acerca da jornada de atividade em estágio e não poderá ultrapassar no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular:

- a) 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais;
- b) 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais,
- c) 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais;
- d) 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais;
- e) 8 (oito) horas diárias de segunda a sexta-feira e 4 (quatro) horas aos sábados, no total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

2. Acerca do procedimento especial dos Juizados Especiais Cíveis, regulado pela Lei nº 9.099/1995, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Juizado Especial Cível tem competência para processar as causas de menor complexidade cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
- b) Não poderão ser partes o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.
- c) Não se fará citação por edital.

d) A revelia decorre do não comparecimento do demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento.

e) As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

3. Analise as assertivas acerca dos Juizados Especiais Cíveis e assinale a CORRETA:

a) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

b) Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado inclusive na fase recursal; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

c) Na fase executiva o devedor poderá oferecer embargos no prazo de 10 (dez) dias após a intimação para pagamento.

d) Admite-se ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela Lei nº 9.099/1995.

d) Se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro e de assistência, inclusive o litisconsórcio.

e) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão inclusive os finais de semana e feriados.

4. No que tange aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nos

termos da Lei nº 12.153/2009, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa INCORRETA:

a) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

b) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

c) Nas causas processadas no Juizado Especial da Fazenda Pública é obrigatório o reexame necessário.

d) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.

e) Não se inclui na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública o mandado de segurança.

5. São direitos básicos do consumidor, EXCETO:

a) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

b) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

c) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais

coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.

d) a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

e) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

6. Marialva adquiriu um celular em uma loja de departamentos e depois de uma semana observou que o áudio do aparelho estava falhando. Neste caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

a) Deverá a loja de departamentos sanar o vício do produto no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

b) Não sendo sanado o vício no prazo máximo de sessenta dias poderá o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição por outro produto da mesma espécie, a restituição da quantia paga monetariamente atualizada, ou o abatimento proporcional do preço.

c) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade.

d) Não poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo para correção do vício no produto.

e) Em caso de comprometimento da qualidade ou características do produto pela substituição das partes viciadas,

devido à extensão do vício, poderá o consumidor optar imediatamente pela substituição do produto por outro da mesma espécie.

7. Assinale a alternativa que representa entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:

a) As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

b) A comunicação ao consumidor sobre a inscrição de seu nome nos registros de proteção ao crédito constitui obrigação tanto do órgão responsável pela manutenção do cadastro quanto do credor.

c) Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data da citação.

d) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de dez anos, independentemente da prescrição da execução.

e) Constitui prática comercial admitida o envio de cartão de crédito sem prévia solicitação do consumidor, desde que condicionada a cobrança de anuidade ao desbloqueio da cártula pelo titular.

8. Em 20 de janeiro de 2023, Bruna foi até uma loja e adquiriu um televisor, que ficou, desde então, guardado em sua residência. Quando Bruna retirou o aparelho da caixa, em 20 de maio, após seu casamento, percebeu que a tela estava trincada. Em 1 de junho de 2023, formulou reclamação formal ao fornecedor. Em 7 de junho de 2023 o fornecedor

respondeu à reclamação, com a negativa de reparação do produto por decadência do direito. Nesse caso, a justificativa do fornecedor deve ser:

a) Ilegal, pois a decadência somente é obstada pelo ajuizamento de ação judicial, o que ainda não ocorreu.

b) Considerada válida, pois o direito de reclamar pelo vício do produto caducou em 20 de março de 2023.

c) Considerada válida, pois o direito de reclamar pelo vício do produto caducou em 20 de agosto de 2023.

d) Considerada válida, pois o direito de reclamar pelo vício do produto caducou em 20 de abril de 2023.

e) Ilegal, pois a decadência foi obstada pela reclamação feita ao fornecedor.

9. Acerca das relações de consumo, o Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento:

a) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável às instituições financeiras.

b) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.

c) Nos contratos bancários é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.

d) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável a todas as espécies de contratos de cartão de crédito.

e) Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em seu nome no cadastro de inadimplentes no prazo de

dez dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.

10. Assinale a alternativa INCORRETA, acerca do Juizado Especial Cível:

a) Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública.

b) É competente o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.

c) O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

d) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.

e) Na execução, não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto.